

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO PARANÁ: NOVAS PERSPECTIVAS TEMÁTICAS PARA A CARTOGRAFIA

*MAPA SOCIAL DE LOS PUEBLOS Y COMUNIDADES
TRADICIONALES EM PARANA: NUEVAS PERSPECTIVAS PARA
LA CARTOGRAFÍA TEMÁTICA*

*SOCIAL MAPPING OF PEOPLES AND TRADITIONAL COMMUNITIES
IN PARANA: NEW PERSPECTIVES FOR THEMATIC MAPPING*

Nilmar Pussinini

Universidade Estadual de Maringá,
UEM, Mestrando em Geografia.
Email: nilmar6@hotmail.com

Adriana Pidorodeski

Bacharel em Serviço Social pela
Universidade Estadual do Centro Oeste.
Email: adripidorodeski_@hotmail.com

Bruno Henrique Costa Toledo

Graduando em Geografia pela
Universidade Estadual do Centro Oeste.
Email: brunhct@hotmail.com

RESUMO: As formas de representações cartográficas é uma importante ferramenta para analisar e compreender como se dá a relação entre espaço e sociedade. Contudo, determinadas metodologias clássicas de mapeamentos não contemplam de forma relevante os aspectos sociais do espaço, ou seja, são representações produzidas enfatizando os elementos físicos, políticos, econômicos, climáticos do espaço. A proposta da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná é a elaboração de material cartográfico com a ênfase nos protagonistas dessa construção, ou seja, os indivíduos pertencentes a esses povos e comunidades, especificando o seu modo de vida cultural, social, sua identidade étnica e coletiva e a delimitação de seu território. Objetiva-se assim, entender e discutir como esta nova metodologia de mapeamento emerge no campo da cartografia, como esta se legitima, e que papel assumirá junto aos povos incluídos nos processos de produção de mapas. O trabalho em questão visa demonstrar como estas novas formas de mapeamento e uso de tecnologias de informação espacial vêm contribuindo na luta social, política e territorial dos povos e comunidades tradicionais, a partir da relação vivenciada entre pesquisadores e comunidades.

Palavras-chave: Cartografia Social, Metodologias da Cartografia, Comunidades Tradicionais, Sabedoria popular, Mapeamento social.

RESUMEN: Las formas de representación cartográfica es una herramienta importante para analizar y comprender cómo la relación entre espacio y sociedad. Sin embargo, algunos métodos clásicos tales asignaciones no incluyen los aspectos sociales relevantes del espacio, es decir, las representaciones se producen haciendo hincapié en la física, política, espacio económico, climático. La propuesta de la nueva cartografía social de los pueblos y comunidades tradicionales en Paraná es el desarrollo de materiales cartográficos con énfasis en los protagonistas de esta construcción, es decir, los individuos pertenecientes a estos pueblos y comunidades, especificando el modo de vida cultural y social, su la identidad étnica y colectiva, así como la delimitación de su territorio. El objetivo es por tanto de comprender y analizar cómo esta metodología de asignación de nueva creación ha surgido en el campo de la cartografía, ya que esto es legítimo, y asumir ese papel con las personas incluidas en los procesos de producción de mapas. La obra en cuestión trata de demostrar cómo estas nuevas formas de asignación y uso de tecnologías de la información espacial está ayudando a luchar contra la cohesión social, político y territorial de las comunidades tradicionales y pueblos, de la relación entre investigadores experimentados y las comunidades.

Palabras clave: Mapeo sociales, comunidades tradicionales, Metodologías de la Cartografía, Cartografía social, La sabiduría popular.

ABSTRACT : The cartographic representations are an important toll to analyze and understand how is the relationship between space and society. However, certain classical mapping's methodologies don't show relevant social aspects of space, because they are representations made emphasizing physical, political, economics and climate elements of space. The New Social Cartography of Peoples and Traditional Communities proposes in Paraná to make a mapping staff emphasizing who build it, people that are from this peoples and communities, showing their culture way of life, social, and their ethnic and collective identity and their delimitation of territory. So, the goal is understand and discuss how this new mapping's methodology appears in cartographic field, how its states, and which function will have in contact with peoples and traditional communities include in map's production process. The work wants to show how these news mapping's way and the technological information spacial tolls are helping in the social, political and territory fight of peoples and traditional communities, using the relation lived between researches and communities.

Keywords: Social Cartography, Cartography's Methodologies, Traditional communities, social mapping, popular wisdom.

CONTEXTO DAS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E A INSERÇÃO DE NOVAS METODOLOGIAS DE MAPEAMENTOS

As representações espaciais constituem um campo a muito trilhado pelos geógrafos, e tal preocupação sempre esteve presente, tanto no cotidiano dos grupos sociais, como também, mais tarde incorporando uma dimensão que ultrapassa a lingüística e a comunicação, incorporando a cultura, os valores, os significados e a ideologia dos objetos a serem representados.

Segundo Kozel (2002), ao conceituarmos a geografia das representações, ou a cartografia, referendamos àquelas que são capazes de falar da região como um teatro da aventura humana, captando a experiência vivida por cada indivíduo em suas relações com o território. Caberia a esta geografia, entender os processos que submetem o comportamento humano, tendo por premissa, que este é adquirido por meio de experiências, assim permitindo compreender a diversidade inerente às práticas sociais.

Ainda quanto a cartografia, esta pode ser definida como o conjunto de estudos e operações científico e/ou técnicas que envolvem a produção ou análises dos mapas. De acordo com a Associação Cartográfica Internacional, os mapas são definidos como uma representação gráfica de fenômenos concretos ou abstratos, localizados na Terra ou em qualquer lugar do Universo. De qualquer forma, o mapa surge como um conjunto de desenhos, símbolos e palavras, por vezes de caráter simplificado, sob a forma de croquis, ou então complexos, com múltiplas colorações e significados (HERRERA, 2001).

Nesse sentido, as formas de representação são elaboradas a partir de um ponto de vista, é uma abstração do mundo real, e foi através de um longo processo de aperfeiçoamento das técnicas de construção e do apoio científico que os mapas se tornaram cada vez mais objetivos. As representações cartográficas passaram a subordinar-se aos imperativos territoriais dos sistemas políticos, que detinham os instrumentos e reclamavam territórios passíveis de serem representados. Como ressalta Acselrad (2008, p. 13), “o território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável foi sendo transformado em extensão quantificada, limitada e controlada pelo gesto cartográfico que serve de suporte a ação política”.

De acordo com Kozel (2002), A revolução técnico-científica passou a desencadear processos, exigências e necessidades, e as representações espaciais passam a se constituir não apenas num sistema referencial, mas também buscando a compreensão dos sentidos da consciência espacial, incorporando aportes lingüísticos e socioculturais. Contudo, apesar desta linguagem ser inovadora, ela ainda não é aceita por muitos geógrafos, estes baseados por não considerarem a sabedoria e os sentimentos provenientes do senso comum como análise científica. Como introduz Crampton e Krygier (2008):

Nos últimos anos, a cartografia tem escapado ao controle das poderosas elites que exerceram a dominação sobre ela por várias centenas de anos. Essas elites – as grandes oficinas de mapas do Ocidente, o Estado e, em menor medida, os acadêmicos – foram desafiados por dois importantes acontecimentos. Primeiro, o efetivo negócio da confecção de mapas, do levantamento de dados espaciais e seu mapeamento, está saindo das mãos dos especialistas (CRAMPTON, KRYGIER, 2008, p. 10).

Ainda soma-se o fato de que atualmente com os avanços e a popularização dos equipamentos tecnológicos foi propiciada também uma popularização da produção de materiais de cunho cartográfico.

Um conjunto amplo de práticas imaginativas de mapeamento e uma crítica ressaltando a política do mapeamento indisciplinaram a cartografia, isto é:

Essas duas tendências resistem e desafiam a prática e o método de mapeamento recebido e estabelecido quando a cartografia tornava-se uma disciplina acadêmica. Essa insurreição de conhecimentos não ocorreu sem luta e reação. Está operando de baixo para cima de maneira difusa, sem controle de cima para baixo. Ainda assim, trata-se de um movimento que persiste com ou sem o envolvimento da disciplina acadêmica da cartografia. É nesse sentido que podemos dizer que a cartografia está sendo indisciplinada: isto é, libertada dos limites acadêmicos e aberta para a população (CRAMPTON, KRYGIER, 2008, p. 86).

UMA REFLEXÃO QUANTO A CRÍTICA CARTOGRÁFICA

A cartografia, ao contrário do que grande parte dos geógrafos críticos expressa, é um rico campo transdisciplinar, e não apenas um campo técnico dentro da geografia, como nos deixa explícito os autores:

Geógrafos críticos que não têm dado bastante atenção à cartografia e a concebem como um campo técnico que produziu um ou dois artigos críticos interessantes nos últimos vinte anos estão lamentavelmente equivocados (CRAMPTON, KRYGIER, 2008, p. 89).

Além de a crítica teórica contribuir para nossa compreensão dos aspectos teóricos do mapeamento, as capacidades de mapeamento vêm mudando a estrutura do trabalho e da produção de mapas. Os mapas não nos são mais fornecidos por um quadro específico de especialistas, como anteriormente se dava, os processos contribuem para mudar as condições da disciplina. A cartografia crítica focalizou esse conhecimento disciplinar em duas direções: uma teórica e outra prática.

A crítica teórica da cartografia no âmbito acadêmico do pós-guerra, sempre buscou representações melhores e mais verídicas de uma realidade pré-existente. Mas, em vez de participarem desta busca, a cartografia crítica admite que os mapas produzem uma realidade quando a representam, ou seja, enquanto produtores de mapas poderíamos nos preocupar com os meios pelos qual o mapeamento e o olhar cartográfico codificam os objetos e produzem identidades, procuramos em vez disso, meios de como mapear objetos.

Pickles, (2004), repensa o mapeamento como a produção de espaço, geografia, lugar e território assim como das identidades políticas mantidas por pessoas que habitam e constituem esses espaços. “Mapas são ativos; eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social” (CRAMPTON, KRYGIER, 2008, p. 89).

Essas críticas teóricas tornaram-se possíveis e ganharam força pelo fato de que, ao longo de sua história, a elaboração de mapas entrou em conflito com conhecimentos locais e marginalizados, conhecimentos que não eram científicos, como por exemplo, os mapeamentos de culturas indígenas, pré-científicas ou não disciplinadas, também existentes em muitas culturas humanas. Assim se viu necessário uma nova definição de mapa que incluísse esses exemplos de produções, os quais não se adequavam nos manuais tradicionais de cartografia. Nessa abordagem mapas são concebidos como: “representações gráficas que facilitam uma compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos ou acontecimentos do mundo humano” (CRAMPTON, KRYGIER, 2008, p. 92). Ao enfatizar o papel dos mapas na experiência humana, e não a aparência ou a forma dos destes, abre-se a porta para produções não ocidentais, ou não acadêmicas, dando condições para que a produção de mapas não fique restrita a especialistas e sim seja algo socializado.

Nesta mesma linha, encontramos trabalhos também na pedagogia que enfatizam as diferenças existentes entre os conhecimentos científicos e comuns, levantando questões relativas à dimensão cognitiva das representações. “Essas considerações demonstram que a compreensão do processo cognitivo nos leva a melhor entender os indivíduos e conseqüentemente a sua visão de mundo” (KOZEL, 2004, p. 221).

Assim a crítica teórica da cartografia abriu espaço conceitual para modos alternativos de mapeamento, cabendo a uma variedade maior de praticantes de fora da academia explorarem, na prática o seu significado e seus reais propósitos.

Atualmente, os cartógrafos estão superando os princípios da cartografia dita tradicional e aceitando que o modelo de comunicação produzido através dos mapas não fornece uma noção adequada de como estes funcionam; a conseqüência disso é o fato do mapeamento não estar mais somente no âmbito dos cartógrafos especialistas.

BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DA GEOGRAFIA DAS REPRESENTAÇÕES

Segundo KOZEL (2002), ao refletir sobre o real e o imaginário, nos emergem questionamentos sobre as bases da geografia das representações, procurando assim, contribuir com a construção de um conhecimento. Podemos afirmar que, as representações se dão no âmbito de três esferas de concepção; a *concepção realista*, que prioriza o real, o objeto e o científico; a *concepção idealista* que dá suporte ao teórico e ao imaginário; e por último a *concepção sociocultural* proporcionando uma análise das relações estabelecidas entre sociedade e espaço geográfico.

Ainda de acordo com KOZEL (2002), a concepção realista demonstra que o objeto existe independente do pensamento, pois o conhecimento é um reflexo objetivo da realidade. Busca entender a correspondência existente entre objeto e sua representação, e se preocupa com a objetividade, a verdade, a comprovação.

A concepção idealista dá o suporte teórico ao imaginário, ressaltando que o real é produto do pensamento ou da consciência. A realidade para essa corrente é, captada pelo conhecimento sensível, imaginário e abstrato. Os princípios da objetividade são ditados pela razão e não pela realidade.

Outra concepção que permeia entre as duas anteriores, e que nos chama atenção em especial, é denominada de sociocultural, esta sugere que nem a realidade, ou o objeto, nem mesmo o ser humano, o sujeito, são o centro das atenções, mas sim o conhecimento elaborado pelos seres humanos como integrantes de uma realidade, propiciando assim uma análise mais elaborada sobre a teia de relações estabelecidas entre a sociedade e o espaço geográfico. Nesse sentido, as representações devem ter um caráter integrador, entre as especificidades científicas, e do senso comum, devem levar em consideração não apenas os aspectos lingüísticos e comunicativos, mas também as características do espaço, bem como a dos sujeitos nele contidos, suas simbologias, valores e culturas.

As representações espaciais estabelecem uma síntese entre os fenômenos cognitivos, afetivos e sociais, que na realidade são completamente interligados, permitindo a incorporação de análises ideológicas, dos saberes populares e do senso comum (KOZEL, 2004, p. 227).

As representações, neste enfoque, passarão a ser tratadas tanto como produtos como processos, mediando o espaço real e os grupos sociais. Os produtos construídos a partir desses procedimentos se constituirão nas bases para compreensão e análise das transformações sociais e espaciais. “As representações devem ser vistas como mais uma forma de pensar e entender a “teia da vida” em suas múltiplas relações, permeando entre a realidade e os atores sociais ao realizar suas práticas”. (KOZEL, 2004, p. 230).

É nesse contexto que surgem e se disseminam os denominados “mapas participativos”, os quais se propõem a incluir as populações existentes nos territórios no processo de produção dos mapas. Essas ações datadas do início da década de 1990 têm envolvido várias instituições como ONGs, Organizações Indígenas, Fundações privadas entre outras, no intuito de se realizar representações mais justas no aspecto social, levando em consideração as especificidades locais das populações produtoras e participativas dos processos de mapeamento. Em outras palavras, “O mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento” (ACSELRAD, 2008, p. 15). Assim, métodos de mapeamento participativo combinados com tecnologias de geoprocessamento como os SIG’s (Sistemas de Informações Geográficas) e GPS (Sistema de Posicionamento Global) vão sendo adotadas para a elaboração de mapas, criando um novo horizonte de produção e uso de instrumentos de representação espacial¹.

¹ Conforme Fox (*apud* ACSELRAD, 2008, p. 78.) os instrumentos de representação espacial são: as Tecnologias de Informações Espaciais (TIE’s), Sistema de Informação Geográfica e de Posicionamento Global (GPS), software de análise de imagem de sensoriamento remoto.

OS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICOS PARTICIPATIVOS (SIGP): PROPOSTAS E OBJETIVOS

Os Sistemas de Informações Geográficas Participativos (SIGP), foram concebidos com a ideia de fornecer as comunidades ferramentas para a tomada de decisões, é então uma possibilidade de medir, representar e analisar suas informações espaciais de acordo com sua própria concepção. E atua como um mecanismo de desenvolvimento e distribuição do poder, tendo em vista a necessidade de uma abertura maior dos conhecimentos acerca do espaço para as perspectivas locais.

Esta proposta vai ao encontro dos elementos propostos por Harvey (1989), argumentando que a pós-modernidade se constitui na configuração de novos pensamentos e sentimentos que definem a trajetória do desenvolvimento social e político. Isto manifestado na necessidade de se criar uma cultura de informação democrática participativa que, em meio do ideário neoliberal do atual contexto, coloca a informação nas mãos dos quem por ela podem pagar. Ultrapassando essa situação, e que: “nos lleve a reconocer otros elementos fundamentales de su uso, acceso e interpretación, relacionados con el empoderamiento de comunidades locales y el desarrollo de las naciones” (LOBATÓN, 2009, p. 11).

O convite a respeitar as diferenças e especificidades locais, advém do discurso de Michael Foucault (1979) que objetiva promover a micropolítica em oposição a macropolítica existente. Não é nosso objetivo aprofundarmos nos pensamentos de Foucault, mas sim aplicar, no tema que nos interessa, a ideia de que estas macropolíticas predominam e influenciam na tomada de decisões a respeito das representações do espaciais do modo cartesiano tradicional. (LOBATÓN, 2009).

Desta forma, se torna necessário recorrer a outras formas de conceber, viver e entender o espaço, dado que o conceito de espaço e de sua representação cartesiana ou não cartesiana faz parte fundamental das análises acerca dos SIGP, tomando a cartografia institucional como exemplo de espaço cartesiano e a cartografia social como espaço não cartesiano.

A GEOGRAFIA E O CONCEITO DE ESPAÇO

O estudo do espaço é uma das principais preocupações dos geógrafos, o qual tem sido tomado com múltiplas concepções através da história dessa ciência. Dentre elas, as que mais nos competem no âmbito das representações, é a concepção do espaço contenedor e do espaço socialmente construído.

O espaço contenedor representa a cartografia institucional, é o espaço que não atribui um protagonismo as relações dos seres humanos que o habitam, enquanto que o espaço socialmente construído irá representar a cartografia social, pois afirma que existe uma constante inter-relação entre os sujeitos e o espaço. Assim, o primeiro é tomado como quantitativo e tradicional do espaço, cuja interpretação se baseia em modelos e conceitos definidos através do conhecimento científico, a medida que o segundo é entendido como

qualitativo, dialético e subjetivo, tendo o espaço concebido por aqueles que o habitam. (LOBATÓN, 2009).

Saack (1986) define territorialidade como a intenção de um indivíduo ou de um grupo em afetar, influencia ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e exercendo controle sobre uma área geográfica. Desta maneira, o determinismo ambiental atribui uma especial importância ao papel do Estado e a seu impacto sobre o espaço cartesiano, relação esta que pode associar-se com o papel da atuação da cartografia tradicional e sua débil relação com a cartografia social.

Estas críticas propiciaram o desenvolvimento de outras correntes epistemológicas na geografia, principalmente a partir dos anos 60, por uma parte humanística e por outra estruturalista.

Es entonces cuando se le empieza a dar sentido, entre otros, a las redes sociales, al concepto de territorialidad desde los habitantes, a la voz de las minorías, a los espacios habitados, a la identificación de hitos, a las grandes diferencias económicas, a las jerarquías (sociales, culturales, políticas y económicas), a los símbolos ya a las estructuras de poder (LOBATÓN, 2009, p. 13).

Estas análises foram acompanhadas pelos estudiosos dos SIG, cujos praticantes e críticos deram início ao projeto Varenius, uma publicação que reunia os pensamentos dessa época em torno das aplicações dos SIG's na sociedade. Adicionalmente já em meados dos anos 90, há a abertura dos debates em torno dos SIG's participativos, onde se debatem muitos dos aspectos referentes ao significado do espaço para aqueles que o ocupam, dando ênfase, as condições de poder implícitas no conceito de territorialidade.

Nesse sentido, muitas das análises construídas em torno dos SIGP se baseiam nas propostas de geógrafos humanistas, como por exemplo, Yi Fu Tuan, Kelvin Lynch e Edward Soja, que sustentam que o espaço carrega diversos significados para seus habitantes, reconhecendo a importância de conceitos como os de espaço concebido, percebido e vivido de Lefebvre (*apud* SOJA, 2000).

De outra parte, os geógrafos preocupados pela estruturação do espaço como David Harvey e Milton Santos, argumentam que as alterações antrópicas produzidas sobre o espaço são condicionadas pelas necessidades do ser humano, de forma que a natureza reflète as relações desiguais entre as classes sociais, temática igualmente importante para as análises do território e do espaço a partir das reflexões dos SIGP.

A reflexão seguinte gira em torno da possibilidade de construir uma ponte entre a denominada cartografia tradicional, ligada ao espaço cartesiano, e a cartografia social, que representa o espaço segundo os que o habitam. Para tanto, toma-se como referência os escritos de Lefebvre, com o espaço concebido, vivido e percebido.

A proposta permeia em combinar as representações e interpretações do espaço cartesiano (SIG) com as representações e interpretações do saber local, constituindo assim uma ligação entre as formas de pensar e representar o espaço real. As três definições de espaço

propostas por Lefebvre (*apud* SOJA, 2000) nos dão apoio para podermos ligar os conceitos de espaço cartesiano “tradicional” ao do espaço construído pela comunidade.

Estas três definições se apresentam como: o espaço percebido, que corresponde aos aspectos materiais; o espaço concebido, que se refere ao espaço mental, e o espaço vivido, que faz referência as experiências. Tal tipologia pode ser entendida como “[...] en un espacio material o percibido, los objetos son facilmente cartografiables por medio de representaciones cartesianas, mientras que los otros dos espacios no necesariamente lo son” (LOBATÓN, 2009, p. 15).

Dessa forma, o espaço concebido inclui os imaginários, as simbologias, se relaciona com a cultura de uma sociedade e, não são percebidos materialmente, e, o espaço vivido representa a forma com que se veem as coisas, é a maneira de viver no espaço que é habitado, e, portanto, é único para cada um de nós, assim correspondendo ao espaço socialmente construído. Enquanto a cartografia cartesiana, ou tradicional, se preocupa na representação do espaço percebido, a cartografia social irá trabalhar com os outros dois, (concebido e vivido).

Pode se dizer que os primeiros usos da cartografia social se deram a partir do planejamento participativo, na qual os mapas já não eram elaborados a partir de embasamentos técnicos e métodos quantitativos, mas sim produzidos de forma alternativa, por aqueles que habitavam os espaços representados, partido do conceito de quem habita o território é quem o conhece, permitindo assim estabelecer novos processos de planejamento e uma nova forma de usar e fazer mapas. (LOBATÓN, 2009).

Contudo, afirma-se que para realizar uma construção conjunta do conhecimento sobre o território e sobre as relações deste com os grupos sociais:

[...] no basta com el uso de representaciones visuales cartográficas. Estas han de contextualizarse por medio de la memoria, de la estacionalidad. De dimensiones múltiples de territorios, de historias de vida, de entrevistas y de la observación (LOBATÓN, 2009, p. 15-16).

Devido ao caráter participativo que se propõe, o processo deve ser acompanhado a todo tempo pelos sujeitos do espaço. O pesquisador terá de recorrer ao território e criar vínculos com as pessoas, enriquecendo a noção do espaço vivido, o que incidirá diretamente nas representações do investigador. Esta consideração marca uma importante diferença entre a prática da cartografia tradicional, que se concentra unicamente nas tecnologias e nos conceitos previamente definidos dos SIG's.

Tais reflexões nos remetem a necessidade de abordar o conceito de participação, já que é graças a tal pensamento que se pode realizar os objetivos da cartografia social. Participação pode ser entendida como:

[...] la capacidad que tiene la comunidad o un grupo social de inferir en la toma de decisiones sobre aspectos de su entorno físico, económico y social, e implica una redistribución del poder, pues esta gira en torno al equilibrio de poderes, entre el Estado – entidad que toma las decisiones – y los ciudadanos – la persona del común que, como sujeto pasivo, observa, mas no participa (LOBATÓN, 2009, p. 16).

Para melhor explicitar os conteúdos e objetivos da cartografia social, bem como dos SIGP, utilizaremos a tabela 01, que traz uma comparação entre a cartografia tradicional, ou cartesiana, e a cartografia social.

Tabela 01. Análise Comparativa entre a Cartografia Social e a Cartografia Tradicional.

ELEMENTO DE COMPARAÇÃO	CARTOGRAFIA SOCIAL (não cartesiana)	CARTOGRAFIA TRADICIONAL (cartesiana)
TERRITÓRIO	Representa as variáveis importantes para cada território, bem como proporciona um auto-reconhecimento da comunidade que participa.	Se representa o que é definido como do interesse e prioridade para o fortalecimento da atuação do Estado-nação.
MÉTODOLOGIA	Usa métodos qualitativos e participativos onde a comunidade é o ator principal da produção do conhecimento. Na elaboração conjunta do mapa é dada ênfase as simbologias, os aportes culturais da comunidade, que neste processo serão os mediadores das necessidades e potencialidades do território a ser representado.	Utilização de métodos quantitativos. Representam os interesses da instituição e do Estado.
INTERESSES	Legitimar o processo de reconhecimento dos interesses da comunidade, esta tomada como motor dos processos sociais. Assim, se objetiva a consciência do poder de autodeterminação e transformação do território.	É pensado e executado levando em consideração os interesses institucionais ou empresariais.
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO	Combinação do espaço percebido, concebido e vivido. Representação das relações que compõem um território.	Representação do espaço percebido, euclidiano e materialista, onde se prevalece a georeferenciação.
TEMPO DE EXECUÇÃO	O uso de metodologias qualitativas torna o trabalho mais demorado, contudo com resultados menos excludentes.	Definições prévias dos procedimentos a serem realizados, geralmente com prazos definidos e sistematizados.
ESCALA	Definida pelo nível de participação, geralmente pela própria comunidade, que opta por escalas detalhadas.	Nível de agregação. Geralmente produzida em níveis de generalização da informação.

Org. Pussinini. **Fonte:** Lobatón (2009, p. 19).

A partir dos pressupostos apresentados pode-se concluir que, as análises e a representação dos espaços vividos e concebidos, devem fazer-se com base em métodos qualitativos, nos quais se analisam outros aspectos do espaço, além dos materiais. Com isso atingindo os

objetivos dos SIGP, que é a representação segundo os interesses e necessidades dos protagonistas do território, ou seja, os seus habitantes.

O ASPECTO SOCIAL/COMUNITÁRIO DAS REPRESENTAÇÕES

Segundo ACSELRAD (2008), a partir dos anos 2000, constituem-se mundialmente diversas redes, grupos e comunidades envolvidas com o uso de SIG e de mapeamentos que se afirmam participativas, constituindo um sub-campo dentro da cartografia. Este sub-campo faz parte do domínio social, delimitando as representações a partir de premissas culturais e cognitivas, onde os atores sociais orientam as ações e buscam uma legitimidade no âmbito das representações espaciais.

Ainda no contexto dos mapeamentos participativos, podemos nele encontrar um caráter de mobilização da comunidade inserida no processo, estes se revelam ferramentas úteis para gerar debates locais sobre demandas territoriais, como também para planejar o manejo dos recursos naturais.

Procurando desta forma, fugir das claras implicações políticas no âmbito dos processos de representação, as quais perduraram e ainda estão intrínsecas nos processos atuais de cartografia, e por outro lado podemos falar das próprias políticas cartográficas, que emergem como novas formas de se representar, havendo uma disputa interna na disciplina das representações em se estabelecer alternativas de mapeamentos especificamente voltados às divisões do mundo social. Ainda de acordo com ACSELRAD (2008), o fato de a atividade mapeadora sofrer mudanças com os avanços e popularização das tecnologias, como é o caso das tecnologias digitais de produção cartográfica, são um dos fatores da atual disseminação social dos mapas, ou seja, um mapeamento mais amplo, participativo, no qual a atividade da representação leve em

consideração os aspectos sociais a serem representados e se desligue do mapeamento tradicional com as já referidas tendências políticas e tradicionais de mapeamento inseridas no processo.

Desde os moldes clássicos da cartografia e até o uso de modernas tecnologias aplicadas a reprodução espacial, observa-se que o poder de controle sobre o espaço é dado sobre os mapeadores financiados muitas vezes pelo Estado, ao qual mantém o monopólio das informações, esquecendo principalmente da população, ou no caso os povos e comunidades tradicionais, que gerenciam o seu território de uma forma única, com seu conhecimento tradicional, através da sua cultura provinda de gerações passadas. Contudo com a disponibilidade e acesso a novas tecnologias de informação espacial (TIE's), as comunidades tradicionais, quebram esses paradigmas de monopólio do Estado, e através do mapeamento científico começam a se comunicar com o Estado, buscando o seu reconhecimento e uma melhor gestão de seus recursos.

Utilizando-se das ferramentas provenientes das "TIE's" como no caso a utilização de Sistemas de Posicionamento Global (GPS) e de Informações Geográficas (SIG's) as comunida-

des se habilitam a mapear e demarcar seu território, bem como os recursos naturais e legitimar os seus conhecimentos e direitos tradicionais, utilizando-se de uma maneira totalmente nova para se comunicar com o Estado. Mas para que esse novo modelo de mapeamento ocorra, além da utilização das “TIE’s”, deve-se demonstrar para povos e comunidades tradicionais, como a informação espacial pode lhe ser útil, Fox, *et. al.*, (2007, *apud* ACSELRAD, 2008, p. 77) diz que “As comunidades podem planejar melhor a gestão de seus recursos, acompanhar a implementação de projetos de desenvolvimento e resolver conflitos por recursos no interior de suas comunidades.” Com base nessas questões, pode-se afirmar que o mapeamento se torna um instrumento importante na negociação com o Estado e outros grupos, para definir o controle do território, ou reconhecer os direitos de uso coletivo da terra.

O mapeamento reinseriu a existência das comunidades usuárias em mapas estatais “vazios” e fortaleceu seus reclamos por terra e outros recursos. Esses feitos ocorreram no contexto de um crescente ativismo local como reação ao desencantamento com relação ao Estado. As “TIE’s” são, então, vistas com um instrumento de fortalecimento das comunidades locais (FOX *apud* ACSELRAD, 2008, p. 78).

Entretanto deve-se observar, se o uso das novas “TIE’s” puderam fortalecer ou marginalizar os seus autores, no caso, os povos e comunidades tradicionais, então como utilizar essas tecnologias para não se tornarem prejudiciais aos seus autores? Como ressaltar a importância do mapeamento para comunidade? E o mais importante, quem serão os beneficiados pelo uso dessas “TIE’s”? Fox, *et. al.* (2007, *apud* ACSELRAD, 2008, p. 78) ressalta que:

O mapeamento reestrutura o controle sobre o conhecimento a respeito dos recursos locais. Os mapas dão aos membros da comunidade mais conhecimento sobre seus recursos. As atividades das “TIE’s” também servem como instrumento para a capacitação da comunidade, facilitando, assim, o acesso e as demandas por recursos (...) Mas o mapeamento também facilita a pessoas de fora adquirirem conhecimento. (Fox, *et. al.* 2007, *apud* ACSELRAD, 2008, p. 78)

Então o mapeamento, produzido pela comunidade, deve-se possuir uma relação entre seus conflitos e sua história, sempre ressaltando a sua cultura e práticas tradicionais em seu território, tecendo formas novas de resolver seus problemas. “Uma vez que as fronteiras são mapeadas, entretanto, as imagens conflitantes da realidade não podem ser mais desconsideradas e devem ser tratadas (FOX *et. al.*, 2007, *apud* ACSELRAD, 2008, p. 79).”

Contudo o mapeamento pode gerar conflitos internos na comunidade, e estreitar relações com os agentes estatais, que não reconhecem os mapas das comunidades, gerando conflitos maiores e até na própria marginalização da comunidade. Desta forma o mapa deve ser o instrumento com o reflexo, a identidade no sentido literal da comunidade, sendo seu instrumento de fortalecimento e arma para confrontar essas questões pertinentes diante do Estado, ao qual o mapeamento não pode ser feito por um único indivíduo, mas por toda a comunidade, levando o mapeamento ao sentido de uma identidade fixa da comunidade, reforçando suas exclusividade e seus direitos sobre o território.

A METODOLOGIA E O CARÁTER DE MOBILIZAÇÃO DA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

Quanto à metodologia de pesquisa utilizada pela proposta aqui referida, se dá através da representação dos pesquisadores locais e das lideranças das comunidades, onde estes buscam uma reflexão dentro do grupo social envolvido no processo de cartografia. Visando, desta forma, a capacitação dos sujeitos para utilização de novas TIE's (GPS, gravadores digitais, filmadoras, máquinas fotográficas) e a construção de seus mapas a partir de bases georreferenciadas (cartas topográficas, imagem de satélite), buscando assim, que os próprios membros das comunidades se auto-representem.

Desta forma, ao participar da construção coletiva da nova cartografia, os pesquisadores possuem a função de assessorar, instrumentalizar e fortalecer os grupos sociais para eles possam criar sua articulação e mobilização, assim produzindo seu material cartográfico.

As comunidades, através dos espaços políticos de articulação e discussão dos segmentos étnicos, apresentam suas demandas e conflitos, solicitando, por meio de uma carta assinada pelos membros da comunidade o processo inicial de construção de sua auto-cartografia.

Assim, constituem-se os processos de oficinas de mapas nas comunidades onde estas se dão em três momentos, sendo o primeiro, o relato da memória histórica da comunidade e a aproximação com os pesquisadores, contendo a elucidação dos conflitos existentes em seu território e seu modo de vida. Em seguida é iniciada a elaboração dos croquis de mapas e legendas, onde os atores da comunidade poderão se auto-representar sob a forma de mapas. Conforme mostra os exemplos nas ilustrações, 1 e 2.

Ilustração 1. Laboratório Guarapuava-PR.. Oficina de Cartografia Social dos Pescadores Artesanais da Ilha de Superagui: produção de mapas e legendas.



Fonte: PNCS

Ilustração 2. Laboratório Guarapuava-PR. Oficina de Cartografia Social dos Ilhéus do Rio Paraná: produção de mapas e legendas.



Fonte: PNCS

Em outro plano entram em cena os pesquisadores na atividade de sistematizar as informações colhidas *in loco*. Através de anotações, gravações, análise e construção digital dos mapas finais da comunidade. Em seguida, produz-se uma primeira versão do fascículo, o qual irá conter as informações gerais do processo, como entrevistas, relatos dos conflitos, imagens captadas nas oficinas e o objeto cartográfico produzido nos moldes da nova cartografia social, posteriormente é realizada uma nova oficina para revisão e aprovação do material pela comunidade.

Neste sentido, para contextualizar a construção desse processo, trataremos principalmente da luta dos povos e comunidades tradicionais, especificamente do estado do Paraná, onde se concentra a presente pesquisa. Dentre os conflitos existentes ressaltamos a luta pelos seus territórios tomados de seus domínios de diversas formas, seja pela expansão do agronegócio, pela construção de Parques Nacionais de Preservação Integral, pelos conflitos violentos, ou até mesmo pela falta de reconhecimento do Estado de sua condição de vida e do seu modo cultural, ou ainda pela ausência de uma política pública específica que dê o devido amparo a estes povos.

Seus territórios secularmente ocupados são retirados pelas mais diversas formas, tendo como objetivo da Nova Cartografia Social munir as comunidades na retomada de seu espaço territorial, bem como possibilitar à demarcação do uso de suas terras, suas práticas, seus saberes tradicionais e principalmente sua identidade étnica e coletiva, pois por muitas vezes esses grupos são reduzidos a apenas agricultores familiares, posseiros, sem-terras, pescadores, entre outros. Ressaltamos ainda que, os direitos tradicionais e culturais desses povos são garantidos pela Convenção 169 da OIT, pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil. Bem como o Decreto 6040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Sendo assim, no contexto nacional, alguns segmentos dos povos e comunidades tradicionais presentes no Paraná uniram-se tendo em vista que suas demandas, seus conflitos e suas necessidades eram semelhantes, formando desta forma, em 2005, a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, dos quais compõe a Rede, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná, Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná, Movimento Interestadual das Cipozeiras, Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná e representações indígenas Xetás, Kaingang e Guarani. Contudo, perceberam a necessidade de auto-afirmarem como grupos sociais tradicionais, o que propiciou a construção da pesquisa através da Rede Puxirão com uma rede de pesquisadores e instituições não governamentais que buscaram suprir essas necessidades das comunidades.

Portanto, a construção dessa pesquisa se dá pelo fato que os sujeitos sociais participam como protagonistas centrais na construção da Nova Cartografia Social, colocando em evidência para que a sociedade e principalmente o poder público tenha conhecimento de quem são, onde estão e como vivem os autodenominados povos e comunidades tradicionais do Paraná.

Nesse sentido, a Nova Cartografia Social torna-se um poderoso instrumento que as comunidades tradicionais possuem para tornarem-se visíveis aos olhos do Poder

Público e também para exigirem seus direitos principalmente uma política pública específica condizente com sua realidade.

Como resultado de todos os procedimentos apontados anteriormente as comunidades usam a Nova Cartografia Social para delimitar seus espaços territoriais e culturais, pois são inúmeros os conflitos sociais, territoriais e ambientais, onde eles podem utiliza-lá, como no caso dos faxinalenses em busca da recuperação de seus territórios através dos estudos para implantação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS através do ICMBio), Conflitos territoriais com o agronegócio do pinus, eucalipto, monoculturas de soja, milho, etc. Além de resoluções de questões judiciais, onde eles utilizam à cartografia para que as autoridades conheçam seu modo de vida diferenciado, bem como a legislação que os amparam.

O que se busca com a construção participativa dos sujeitos na produção destes materiais é, segundo Acselrad (2008), representar de maneira completa sua auto-retratação e de seus territórios, e não apenas como a tradicional visão do pesquisador, cuja capacidade

crítica pode não retratar com especificidade o modo de ser dos sujeitos construtores. Pois, partimos do pressuposto que os sujeitos que participam da construção do fascículo é o protagonista da sua história, por isso, apenas ele nessa qualidade pode retratar de maneira real e específica, seus conflitos, seu território, seu modo de vida e sua cultura, sendo desta forma uma nova metodologia de pesquisa, na qual entendemos que o pesquisador, não pode, ou não possui este papel de retratar fielmente o que o sujeito pretende com a construção do fascículo. Pois são eles que conhecem a necessidade e a especificidade da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que há um novo procedimento metodológico para representar as comunidades e inseri-las em uma nova ótica social e política, onde não mais se busca apenas a representação espacial por ela mesma, mas sim sua territorialidade espacial, social, econômica e cultural.

Atualmente no Paraná existem duas séries com os seguintes fascículos já produzidos², série Faxinalense no Sul do Brasil: Faxinalenses: fé e conhecimentos tradicionais e práticas de cura; Faxinalenses no Setor Centro; Faxinalenses no Setor Sul; e Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba; Série Quilombolas do Sul do Brasil: Comunidade Quilombolas Paiol de Telha Fundão; Comunidade Quilombola de João Sura. Ainda há outros fascículos a serem produzidos no decorrente ano, como dos Ilhéus do Rio Paraná, Comunidade Quilombola Maria Adelaide e dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná.

Nesse sentido, as cartografias e mapeamentos produzidas no Paraná são instrumentos para contrapor as informações elaboradas e impostas pelo Estado, como podemos citar no caso de Palmas, onde o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, percebeu a necessidade da divisão da comunidade em três partes e na construção do mapeamento social dos Faxinais no Paraná onde nos laudos do IAP constava que os faxinais estavam se extinguindo, o que provou ao contrário no mapeamento produzido pelos próprios indivíduos.

Logo se conclui que os mapeamentos e processos de cartografia no Paraná vêm instrumentalizando os povos e comunidades tradicionais em sua luta política pela sua identidade étnica e cultural e apropriação de seu território. Por meio também dessa ferramenta de mobilização e embasados pela Política Nacional, os povos e comunidades tradicionais do Paraná, estão lutando para produzirem uma Política de Estado para os povos e comunidades tradicionais.

² Artigo produzido em meados de 2009. No contexto atual existem outros fascículos dos povos tradicionais paranaenses.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org). **Cartografias sociais e Território**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2008.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras Tradicionalmente Ocupadas, Processos de Territorialização e Movimentos Sociais**. Estudos Urbanos e Regionais V.6, n.1, maio 2004.
- ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil** (Fascículo 2, 3 e 4). Rebouças (Pr): Faxinalenses no Setor Centro – Série Faxinalenses do Sul do Brasil, 2008.
- ASSOCIAÇÃO APRENDIZES DA SABEDORIA DE MEDICINAIS E AGROECOLOGIA-ASA. **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil** (Fascículo 1). Iraty (Pr): Série Faxinalenses do Sul do Brasil, 2008.
- ASSOCIAÇÃO PRO REINTEGRAÇÃO INVERNADA PAIOL DE TELHA. **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil** (Fascículo 11). Guarapuava (Pr): Série Quilombolas do Sul do Brasil, 2008.
- ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO BAIRRO JOÃO SURÁ. **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil** (Fascículo 2). Adrianópolis (Pr): Série Quilombolas do Sul do Brasil, 2009.
- BANTON, Michael. **“Etnogênese”**. A Idéia de Raça. São Paulo. Edições 70. Martins Fontes. 1977.
- CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In.: ACSELRAD, Henri (org). **Cartografias sociais e Território**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers. 1996.
- HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Oxford: Blackwell Publishers. 1989.
- HERRERA, Juan. **Cartografia Social**. Disponível em: <http://juanherrera.files.wordpress.com/2008/01/cartografia-social.pdf>. Consultado em: 01/06/2010.
- KOZEL, Salete. As Representações no Geográfico. In.: MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salete (org). **Elementos da Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR. 2002, reimpressão 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishers. 1991.
- LOBATÓN, Susana Barrera. **Reflexiones sobre Sistemas de Información Geográfica Participativos (SIGP) y cartografía social**. Revista Colombiana de Geografía. Bogotá (Cl), nº 18, p. 9-23, Outubro de 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169**. Sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos e indígenas e tribais. Brasília: OIT, 2005.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília 2008.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** – Decreto 6040/2007. Brasília, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Barcelona: Editorial Ariel. 2000.

SOJA, Edward. **Thiirdspace. Expanding the Geographical Imagination**. Oxford: Blackwell Publishers. 2000.

TUAN, Yi Fu. **Topophilia**. New Jersey. 1974.